



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   03   2010	15h20min	10 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
4<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 5<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 10<sup>a</sup>  
(DÉCIMA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 2 DE MARÇO DE 2010.**

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) - Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Alírio Neto a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 43, de 10/03/2010, juntamente com a ata sucinta da 10<sup>a</sup> Sessão Ordinária.)

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO ALÍRIO NETO - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 9<sup>a</sup> Sessão Ordinária;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   03   2010	15h20min	10 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	2

- Ata da 2<sup>a</sup> Sessão Extraordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) - Dá-se início ao  
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, pessoal da imprensa, população que está nos assistindo pela TV Distrital, eu, com a obrigação que tenho da minha responsabilidade parlamentar, quero vir a esta tribuna na tarde de hoje para discutir a questão da autonomia política do Distrito Federal.

Quero dizer de uma forma clara, como sempre digo, que sou favorável à autonomia política do Distrito Federal. Considero uma forma muito curiosa pessoas do resto do Brasil quererem discutir a autonomia política do Distrito Federal, como se, havendo um escândalo de corrupção em qualquer lugar, quisessem tirar da população desse lugar o direito de escolher quem vai governá-la.

Como apreciador que sou da democracia, do estado democrático de direito, não há como eu defender o fim da autonomia política do Distrito Federal. A autonomia política do Distrito Federal é algo muito importante.

Se a população escolheu mal seus representantes, que os mude na próxima eleição. Se as instituições não estão funcionando, que se tente mudá-las.

Eu mesmo assumi vários compromissos com a população ao ser candidato e, quando fui eleito e vim para esta Casa, trouxe esses compromissos e os cumpri. Agora, querer atacar a vontade da população de poder exercer a sua cidadania eu não considero correto.

Quer dizer que o resto do Brasil acha que a população de Brasília é um bando de idiotas que não têm condição de escolher bem os seus representantes? Volto a dizer: se não estão honrando com as suas responsabilidades, que troquem os seus representantes, mas que não se tire da população o direito de escolher.

As pessoas desta cidade que defendem o fim da autonomia, às vezes, podem achar que elas mesmas não têm inteligência, talvez, para escolher um bom representante. Porque cabe a elas exercer sua cidadania e escolher um bom representante. Porque quem escolhe, dentro do princípio da autonomia política,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   03   2010	15h20min	10 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	3

quem vai governar a sociedade, quem é o Governador, quem é o Vice, quem são os Deputados, é a sociedade.

Esse escândalo, aliás, fica Brasil afora como se fosse um escândalo da população do Distrito Federal, como se Brasília fosse uma cidade corrupta, sendo que a maioria esmagadora do público do Distrito Federal não tem nenhuma vinculação com política. Aliás, um dos maiores males a ser feito seria a sociedade criminalizar a atividade política.

A atividade política tem uma função importante para a cidade a ser desempenhada. Esse escândalo tem que ter uma apuração rigorosa. Já falei repetidas vezes: houve desvio de dinheiro público de uma forma clara. Isso é absolutamente inaceitável e não pode ficar sem uma punição absolutamente rigorosa - perda de mandato, resarcimento aos cofres públicos. Agora, o que não dá é para querer colocar a população de Brasília como se fosse a grande culpada e querer retirar dessa população o direito de escolher quem vai governá-la. Com isso eu não concordo.

Eu penso que todas as pessoas que têm apreço pelo Estado Democrático de Direito não podem concordar com isso. Se a população escolher errado os seus representantes na próxima eleição, vai assumir a responsabilidade por isso, vai ter um mau governo. Cabe a ela corrigir o seu voto. Sempre que encontro na rua alguém reclamando de um político, eu falo: então vote em outro na próxima eleição. Porque essa é a resposta que a cidadania pode dar, é dar um bom voto. Às vezes, quando a população simplesmente quer pedir coisas para um político, ela já começa ali um processo futuro ruim para ela mesma.

Eu, Sr. Presidente, quero dizer de uma forma absolutamente clara que a autonomia política do Distrito Federal não é a culpada disso que está aí. Se a população quer políticos melhores, que eleja esses políticos melhores em uma eleição. Se a população quer instituições melhores, que cobre esses compromissos dos candidatos na campanha, porque aí é o momento, dentro do princípio do conceito de uma democracia representativa, de colocar os seus representantes lá baseado em princípios, em compromissos.

Quero deixar aqui clara essa minha posição e quero dizer, de uma forma clara para todos, que a população de Brasília não merece ser achincalhada Brasil afora como está sendo, porque ela não tem responsabilidade nesse desvio de dinheiro público. Pode até ter cometido um erro ao escolher candidatos que talvez tenham decepcionado, mas a maioria da população do Distrito Federal é formada de pessoas de bem, pessoas honestas, que não merecem ter o seu direito de escolher seus representantes aviltado.

Espero, Sr. Presidente, que, ao final desse megaescândalo que desviou o dinheiro do contribuinte do Distrito Federal, os culpados sejam punidos, e de uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   03   2010	15h20min	10 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	4

forma clara, até para mostrar que, dentro do Estado Democrático de Direito, há punição, sim, para quem desvia o dinheiro dos impostos da população.

Quero deixar apenas registrado, mais uma vez, que defendo a autonomia política desta cidade; defendo que a população desta cidade é inteligente o suficiente: se não está satisfeita com seus representantes, troque-os, e exija dos candidatos compromissos, inclusive para melhorar as instituições que representam essa população, porque é para isso que serve o processo democrático, para isso serve uma eleição. Penso que a população, cobrando e exigindo compromisso dos candidatos, vai contribuir para construir algo melhor, porque é esse o caminho, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, população que nos assiste pela *TV Distrital* - assim espero -, mídia aqui presente, talvez por deficiência das escolas públicas do Brasil e também por deficiência minha, não consegui aperfeiçoar o meu inglês, mas vou me permitir tentar falar a expressão *The Economist*, um jornal americano que, por esses dias, eu estava vendo pela *Internet*, e que fazia algum comentário sobre a crise política do Distrito Federal. Li isso ontem e fiquei bastante tentado a falar alguma coisa hoje sobre o assunto. Na verdade, aquele jornal se referia, como já disse aqui dias atrás, à sistemática de crises que o País tem no universo político.

Insisto: nós teríamos que ter a coragem de transformar a política do Brasil iniciando por aqui. É fato que, se olharmos a maneira como é feito o financiamento público de campanha no Brasil, em que se permite que haja, no sistema eleitoral, a colaboração direta de empresários, empreiteiras ou até mesmo de bancos e instituições financeiras, é óbvio que o setor produtivo não faz investimento sem buscar retorno. É só buscarmos no passado da história mais recente do nosso país algumas coisas que são públicas. O que estou falando aqui está nas declarações dos candidatos à Presidência da República, dos candidatos a Governador, dos candidatos a Prefeito, dos candidatos a Senador, Deputado Federal, Distrital, Estadual, Vereador, além das coincidências dos coordenadores e marqueteiros dessas campanhas.

Vamos recapitular só os 2 últimos Governos Federais, por exemplo: quem foi o coordenador de *marketing* da campanha de Fernando Henrique Cardoso? Que eu saiba foi o Sr. Nizan Guanaes. Quando terminou a campanha, quem foi que ganhou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   03   2010	15h20min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

as contas do Governo Federal? As empresas do Sr. Nizan Guanaes. Quem são os financiadores da campanha do Sr. Fernando Henrique? Grandes instituições financeiras que depois indiretamente acabaram beneficiadas por uma série de projetos.

Lembro alguns projetos: quando colocávamos nosso dinheiro no banco, antigamente, até tínhamos algum rendimento. Hoje, pagamos até para ver o extrato, até para saber quanto há na conta; você paga para receber talão de cheque; você paga para deixar seu dinheiro lá, hoje. Por quê? Porque, obviamente, houve um financiamento de campanha. E esse compromisso é de beneficiar quem patrocina as campanhas. Assim vai: quem foi o marqueteiro da campanha do Lula? Não foi o Sr. Duda Mendonça ou eu estou equivocado? Ele, depois, teve conta no Governo Federal, na área de comunicação.

É só observar quem são os financiadores de campanha nas áreas Estaduais, nos Governos Estaduais, se não são as empreiteiras que depois ganham as concorrências para construir as obras das cidades ou nos Estados em que elas financiam. Alguma coisa está errada, insisto!

Tínhamos que ter a coragem de saber por que o Poder Legislativo, muitas vezes, acaba se submetendo à força do Poder Executivo, que é, dos Três Poderes, o que tem maior orçamento. Temos que ter a coragem de fazer uma discussão aberta de como dar mais autonomia a esses Poderes e de como vamos poder acabar com essa sistemática de crises no País.

Eu sugeriria que nós fizéssemos um pacote de projetos pelo qual pudéssemos dar a possibilidade de os Poderes terem mais autonomia, mais independência. Não tenho dúvidas disso. Vejo, que, infelizmente, nem sempre tudo o que falamos aqui é tratado com o devido respeito.

Esses dias eu fui consultado sobre a questão da provável eleição indireta em caso de renúncia do Governador, assunto que eu já vinha pesquisando há algum tempo, e, depois, tive a tristeza de ver os periódicos dizendo que o Poder Legislativo estava querendo mais poder ou tentava dar um golpe para assumir o poder. Hoje eu escuto o Ministro Marco Aurélio em várias entrevistas e outros membros do Supremo falando que têm a mesma opinião que a minha: que a Constituição brasileira não pode se submeter às leis estaduais; e que aconteceu isso em outros Estados, como Sergipe e Tocantins.

Infelizmente, não temos o poder de poder influenciar a cabeça de quem está sentado lá na redação e que dá os títulos às matérias, é verdade, mas nós temos de ter a ousadia de fazer algumas propostas. Eu acho que caberia, neste momento, à Câmara Legislativa iniciar, então, o seu projeto de apresentar algumas sugestões. O que eu vou falar aqui é muito simples.

Primeira coisa: todo mundo sabe que o poder fiscalizatório passa também pelo Poder Legislativo, todo mundo sabe que aquilo que influencia os Deputados a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   03   2010	15h20min	10 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	6

estarem submetidos também, muitas vezes, ao Poder Executivo é a vontade de verem acontecer aquilo que têm desejo que aconteça. Por exemplo, suas emendas parlamentares no Orçamento. Os Deputados, às vezes, acabam votando por um acordo. Nós sabemos que isso não acontece só aqui na Câmara Legislativa, acontece também no Congresso Nacional. Você quer ver as suas emendas saírem do papel, do Orçamento. Por que, então, não batalharmos para introduzir em Brasília, neste momento, o orçamento interativo? Nem que tivéssemos de reduzir o tamanho das emendas parlamentares ou até trabalharmos na possibilidade de as restringirmos de alguma forma, tendo um maior controle, mas que o Deputado, depois, não tivesse que se submeter a ficar pedindo para que as suas emendas fossem executadas e acabar por fazer barganha nessa troca de favores, essa que é a verdade.

Isso acontece não só aqui, acontece na política brasileira mesmo. O que eu estou falando aqui não é novidade para ninguém. Eu acho que nós temos de ter ousadia de apresentarmos propostas que nos tirem dessa crise, fazendo sugestões não só para Brasília. Volto a insistir: quem sabe dando um norte para a política brasileira com essas proposições nossas.

Nós temos de aprender a criar. Como diria Nietzsche, aquilo que não nos mata pode nos fortalecer se nós soubermos utilizar. Eu acho que nós deveríamos aproveitar essa oportunidade e darmos as chances de ter sugestões de orientação de política nacional.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Obrigado, Deputado Alírio Neto.

Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PMN. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores desta Casa, jornalistas, eu recebi a difícil missão de ler a carta de renúncia do Deputado Brunelli. Ele me telefonou e pediu que eu o fizesse. Logicamente, eu o atendi e o atenderei. Acredito que, na passagem dele nesta Casa, ele ajudou muitas pessoas, ele foi sempre um defensor dos mais humildes e eu não poderia me negar a atender esse pedido. Portanto, aqui, passo a ler a carta do Deputado Brunelli.

Sr. Presidente, é a seguinte a carta de renúncia do Deputado Júnior Brunelli:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   03   2010	15h20min	10 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	7

À

*LIDO*  
Em 02/03/10  
Assessoria do Plenário

Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Prezados Senhores

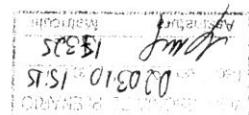
PROC 92/2010

Os caminhos da política, por vezes, são injustos e implacáveis. Venho hoje a esta tribuna com a consciência do dever cumprido, convicto de que, durante dois mandatos eletivos consecutivos, trabalhei na defesa do povo de Deus, segmento que em vários momentos foi alvo de profundas injustiças e, até mesmo, de preconceitos.

Mesmo sendo eleito com o voto majoritário dos evangélicos, lutei e defendi, também, os legítimos interesses da população do Distrito Federal, em especial daqueles que sofrem e estão à margem dos benefícios da sociedade moderna.

Nos dois mandatos aqui nesta Casa de leis, lutei contra a injustiça social. Fato esse retratado no trabalho árduo e consistente na defesa da regularização dos condomínios de baixa renda. Especialmente os núcleos urbanos da periferia de Ceilândia, casos do Sol Nascente e Por do Sol, além de vários outros condomínios.

Busquei, ainda, melhores condições de trabalho e salário para os diversos segmentos do funcionalismo público da capital federal. Em particular a grande batalha política e jurídica que resultou na preservação de 3 mil e 500 empregos dos funcionários da antiga SAB e da Companhia de Abastecimento do DF, a Ceasa.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   03   2010	15h20min	10 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	8

Não poderia deixar de mencionar, neste momento, algumas das mais de 35 leis que aprovei aqui na Câmara Legislativa, todas em defesa da população do Distrito Federal, em especial dos humildes e desprotegidos.

No campo econômico e da defesa do meio ambiente aprovei, por exemplo, a Lei n.º 3.579/2005, que estabeleceu o programa do gás natural como combustível. Esse instrumento legal determinou as condições básicas para a redução da poluição ambiental. Essa norma permitiu a redução no preço do combustível para amplos segmentos da população.

Outra lei, a de n.º 4.104/2008, de amplo alcance social, isenta as pessoas desempregadas de pagar taxas de inscrição em concurso público realizado sob a responsabilidade do Governo do Distrito Federal. A lista é enorme, não caberia aqui descrever todas as leis que aprovei em benefício da população brasiliense.

Caros parlamentares,

Quero detalhar, ainda, o trabalho que realizei em defesa dos evangélicos. Aliás, de antemão, agradeço ao segmento pelo apoio recebido nas três eleições que participei aqui no Distrito Federal. Em particular no pleito de 2006 quando fui o parlamentar mais votado dentro da coligação liderada pelo DEMOCRATAS (DEM).

Desde meu primeiro mandato procurei atender e resolver, de acordo com as minhas possibilidades e limitações, as demandas do povo evangélico. Foi nesse sentido que consegui a isenção do pagamento do IPTU e da Taxa de Lixo até então paga pelos templos religiosos, evangélicos ou não.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   03   2010	15h20min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Esta conquista foi conseguida ainda em meu primeiro mandato. A isenção da taxa e do tributo já estava prevista na Constituição Federal, mas faltava sua regulamentação pelo Governo do Distrito Federal.

Outra importante vitória foi a aprovação da lei n.º 3.540/2005, que regulamentou a visita de religiosos aos presídios e hospitais. Até a aprovação e regulamentação, pelo GDF, desse diploma legal, as visitas aos hospitais e, especialmente, aos presídios, eram irregulares. E, em geral, submetiam os visitantes a humilhações desnecessárias.

No entanto, talvez, a principal vitória do povo de Deus foi a regularização dos terrenos onde foram construídas igrejas, mas que não dispunham de documento legal do poder público. Algumas dessas igrejas chegaram a ser derrubadas, sob o falso argumento de que estavam construídas em áreas não regularizadas.

Mas, com a aprovação da lei que regularizou os terrenos das igrejas os padres e pastores não precisaram mais viver sob o temor e a ameaça de fiscais que, muitas das vezes, exorbitavam de suas funções e saíam do caminho da legalidade. Agora todos podem acolher seus rebanhos e disseminar a palavra de Deus, sem sobressaltos ou ameaças.

Senhores e Senhoras,

O meu trabalho como parlamentar e um dos líderes do segmento evangélico encontra-se aí para ser avaliado. Tudo foi fruto de muito trabalho, de muita luta e da perseverança na vitória e nas conquistas dos segmentos menos favorecidos de nossa população.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   03   2010	15h20min	10 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	10

Logo após as eleições de 2006 cobrei do meu partido á época (DEM) e ao GDF o cumprimento estrito do programa de governo. Mesmo sendo da base de apoio ao governador José Roberto Arruda, fiz críticas severas às medidas tomadas que provocaram angústia e sofrimento ao povo humilde desta cidade.

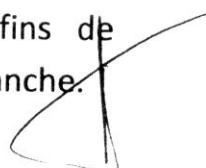
Cito a extinção do Instituto Candango de Solidariedade (ICS) que resultou em demissões em massa de trabalhadores de baixa renda. A derrubada de igrejas, sob o argumento de estarem instaladas em áreas não regularizadas, e a perda do emprego de centenas de funcionários de um grupo denominado “ex-conveniados da Novacap”.

Muitos desses servidores, prestes a obterem suas aposentadorias, viram-se de uma hora para outra na rua da amargura, sem emprego e sem renda. Minha preocupação fundamental, nesses dois mandatos, foi a defesa dos desassistidos, daqueles cujo clamor, às vezes, nem é ouvido pelos poderes constituídos.

Infelizmente, é com o coração agonizante e alma em frangalhos que confesso: todo esse histórico de luta e de trabalho incessante em favor daqueles que não tem um teto para morar, dos desempregados, dos injustiçados, não foi suficiente para garantir meu mandato parlamentar aqui na Câmara Legislativa.

Acabei vítima de uma conspiração política.

O turbilhão provocado pela chamada operação “Caixa de Pandora”, levada a cabo pela Polícia Federal, em fins de novembro do ano passado, foi crescendo como uma avalanche.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   03   2010	15h20min	10 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	11

A forma como o tema foi levado à opinião pública, com imagens montadas e manipuladas ao sabor da conveniência dos poderosos de ocasião, teve o objetivo específico de desestabilizar meu trabalho parlamentar e impedir novos horizontes em minha carreira política.

Os vídeos, não oficiais e manipulados, foram divulgados como uma verdadeira overdose pela mídia, sem que eu pudesse responder com serenidade e equilíbrio ao massacre público de minha imagem como homem de Deus e parlamentar.

A chamada “Oração da Propina”, largamente divulgada, não passou de uma manipulação grosseira. Já que aquela prece aconteceu em setembro de 2009 e não em 2006, após o suposto recebimento de ajuda para a campanha política daquele ano.

Acontece que os meios de comunicação, com raras exceções, não teve o cuidado de verificar as datas, ler o conteúdo em detalhes, enfim, não houve uma preocupação com a verdade.

Os fatos reais não apareceram. Surgiram meias verdades e conclusões definitivas, sem o respaldo do contraditório. Todos nós sabemos que essas mentiras divulgadas à exaustão, conseguiram colocar nos corações e mentes a convicção de um crime que não existiu.

O dinheiro que aparece no vídeo, num momento de disputa eleitoral, em setembro de 2006, era destinado a um evento de campanha. Isso tão somente. Nada mais. Essa é uma prática comum dos partidos políticos brasileiros.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   03   2010	15h20min	10 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	12

Se existe algo de errado que se faça, com a urgência necessária a tão reclamada Reforma Política e Partidária.

As campanhas eleitorais em nosso país precisam de normas rígidas e regras transparentes que não permitam que um mesmo fato seja avaliado de maneira diferente por diferentes instâncias da Justiça.

A tão comentada oração foi dirigida a uma pessoa, que, naquele momento, vivia grandes conflitos emocionais, um dilema íntimo.

O que eu fiz, na companhia de um colega parlamentar, foi uma oração que desse ao personagem o reconforto espiritual, o equilíbrio emocional. Registre-se que a oração foi feita a pedido do mesmo.

É importante lembrar que até mesmo Jesus Cristo, o Deus feito homem, não abandonou aqueles que cometeram crimes. “Atire a primeira pedra aquele que nunca pecou”, diz a passagem bíblica. Jesus Cristo perdoou Maria Madalena, tida como pecadora e adúltera.

Assim, aquela oração não visava bens materiais, mas o reconforto de uma alma em conflito e angustiada pelos diversos problemas pessoais e administrativos que enfrentava naquele momento.

Adolf Hitler, o maior criminoso da história moderna da humanidade, responsável pelo holocausto que exterminou milhões de judeus, procurou por meio de seu chefe de Propaganda Política, Joseph Goebbels, fazer com que uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   03   2010	15h20min	10 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	13

mentira repetida à exaustão se transformasse em verdade. Nem ele conseguiu.

Os falsos moralistas, os invejosos de ocasião, os oportunistas de plantão, conseguiram impor meias verdades e um turbilhão de mentiras à mídia, de uma maneira brutal.

Tanto o povo brasiliense como toda a população do restante do País, recebeu essa verdadeira explosão de versões desencontradas e meias verdades, cujo objetivo principal foi destruir minha imagem pública.

Tentaram, e, infelizmente, conseguiram colocar em xeque todo um trabalho voltado para a melhoria das condições de vida da população, dos eleitores do Distrito Federal.

Tenho, contudo, a convicção dos fortes. A sabedoria dos humildes, a perseverança dos oprimidos e a vontade férrea de repor a verdade. E conseguirei. A história dirá, com a crueza dos fatos, que falo a verdade.

Poucos se atentaram sobre um dado fundamental: em nenhum momento fui alvo de quebra de sigilo bancário, fiscal ou telefônico. Não houve pedido da Justiça para apreensão de documentos, nada que indicasse irregularidades.

As fitas de vídeo divulgadas pela mídia, não me foram entregues oficialmente. Fiz pedido formal junto aos órgãos competentes para obtê-las, devidamente periciadas, mas até hoje nada recebi.

No inquérito da Polícia Federal não consta nenhuma escuta telefônica ou gravação de áudio, autorizada pela Justiça. Os vídeos onde apareço são apócrifos, manipulados e sem origem.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   03   2010	15h20min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

A condenação prévia a que estou sendo submetido baseia-se apenas em suposições e pressões políticas, sem nenhum indício, pelo menos, de que eu tenha praticado algum crime.

Mesmo assim, não tive nem mesmo dos colegas da Câmara Legislativa, a oportunidade de me defender, sem pressões e açodamentos. O relatório do Corregedor adoc, deputado Raimundo Ribeiro, foi lido na tarde de terça-feira e entregue no mesmo dia na Comissão de Ética da Casa.

Embora sóbrio, o relatório pedia a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar. No dia seguinte, quarta-feira, pela manhã, a Comissão de Ética reuniu e decidiu a abrir os processos.

Em face desse quadro de radicalismo, de uma verdadeira “caça as bruxas”, o que vale tão somente é satisfazer a mídia, mesmo que a verdade seja apenas um subproduto dos fatos.

Meus amigos,

Diante desse massacre político e institucional, não me restou alternativa que não fosse a renúncia. Assim, renuncio ao mandato de deputado distrital.

Renuncio para não ser submetido ao julgamento político previamente decidido. Buscarei provar na Justiça a minha inocência.

Lá, no Judiciário, terei chance de me defender de forma isenta e transparente, longe do calor dos debates e das conveniências políticas desse momento turbulento que vive a capital federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   03   2010	15h20min	10 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	15

O tempo revelará a injustiça deste julgamento prévio, com a condenação já decidida de véspera. É importante lembrar aqui linchamentos políticos históricos, casos do ex-deputados Ibsen Pinheiro e Alcenir Guerra, durante o processo que resultou na cassação do ex-presidente Fernando Collor.

Os dois acabaram sendo reabilitados pela história e as suas inocências comprovadas. Mas o massacre já havia sido perpetrado, trazendo inúmeros prejuízos políticos, pessoais e morais aos dois políticos de liderança nacional.

Mesmo tendo a convicção de que provarei minha inocência perdão aqueles que, ainda assim, diante da verdade, me crucificaram. Peço perdão e espero que, no futuro, possam entender que fui vítima de uma ação deliberada com o fim específico de cassar minha cidadania.

Agradeço aqui a Deus por tudo de bom que tem me dado tanto em minha vida pública quanto particular; ao meu pai e minha mãe, inspiradores e formadores de meu espírito cristão e do meu caráter; ao segmento evangélico pelo apoio recebido em dois mandatos; a população brasiliense e, em especial, minha equipe de trabalho, composta de pessoas profissionais e competentes.

Muito obrigado.

Rubens César Brunelli Júnior



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   03   2010	15h20min	10 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	16

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Muito obrigado, Deputada Jaqueline Roriz.

Concedo a palavra ao Deputado Aguinaldo de Jesus, que acaba de retornar a esta Casa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Com a licença do Deputado Aguinaldo de Jesus, concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, com a saída, ou melhor, o retorno do Deputado Aguinaldo de Jesus, nós perdemos a participação nesta Casa do Deputado Bispo Renato. Nós perdemos um bispo e ganhamos um pastor.

Sr. Presidente, isso faz com que haja um desfalque na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Senhores presentes na galeria, a nós foi pedido, e eu atendi muito satisfeito o ingresso dos grandes colaboradores do Deputado Brunelli. Vamos assegurar a palavra a quem está falando, por gentileza.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, não me incomodo absolutamente com a manifestação dos servidores do Deputado Brunelli. Eu até os entendo do ponto de vista pessoal e profissional.

Como eu dizia, hoje na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, está faltando um membro, em função do retorno do Deputado Aguinaldo de Jesus e da consequente saída do Deputado Bispo Renato. Nós precisamos, portanto, completar a Comissão de Ética, que hoje encontra-se apenas com 4 membros. Isso não impede que ela venha a funcionar, na medida em que o quórum se resume a 3 Parlamentares. Mas eu gostaria que V.Exa. indicasse o Deputado Aguinaldo de Jesus - eu já conversei com S.Exa. - para ocupar o lugar do Deputado Bispo Renato. Sei que a relação não é direta, mas o Deputado Aguinaldo de Jesus me disse que não tem nenhuma objeção ou tem a intenção de ocupar uma vaga na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ou participar dela.

Nós precisamos completá-la, porque precisamos inclusive estabelecer o processo. Nós temos hoje a renúncia de 2 Deputados, mas há ainda 5 processos que estão suspensos na Comissão de Ética e um processo que está aberto na Comissão de Ética e que deve ter prosseguimento: o processo para investigar a quebra de decoro parlamentar da Deputada Eurides Brito.

Então, Sr. Presidente, há 2 coisas: a primeira é que hoje eu estou na condição de Presidente em exercício, interino, com a saída do Deputado Bispo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   03   2010	15h20min	10 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	17

Renato. Há que se fazer a eleição do novo Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. Nós precisamos sortear o nome de um novo relator caso a Deputada Eurides Brito não venha a renunciar. O Relator era o Deputado Bispo Renato. Isso não impedirá que S.Exa. seja notificada, pois isso é atribuição da Comissão. Se a Deputada Eurides Brito for notificada e não renunciar, terá o prazo de 30 dias para defesa, mas vamos precisar do relator do caso. Então, estamos convocando uma reunião da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar para amanhã, às 14h, para sortearmos o nome do novo relator ou nova relatora do caso da Deputada Eurides Brito.

Ao mesmo tempo, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que tomasse providências acerca do preenchimento da vacância provocada pela saída do Deputado Bispo Renato ainda hoje. Conversando com o Deputado Aguinaldo de Jesus, dei-lhe a sugestão de ocupar a vaga do Deputado Bispo Renato.

Então, Sr. Presidente, estamos convocando reunião da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar para amanhã, às 14h, para sortearmos o nome do novo relator ou nova relatora e discutir sobre outras matérias da própria Comissão. Solicito, então, à Mesa Diretora as providências necessárias para que haja a complementação dos membros da Comissão, que agora está apenas com 4 membros, em função da saída do Deputado Bispo Renato.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Muito obrigado, Deputada Erika Kokay.

Vou deixar que o Deputado Aguinaldo de Jesus fale sobre o que a Deputada Erika Kokay disse. Eu tenho certeza de que, havendo concordância de S.Exa., não haverá problema algum.

Concedo a palavra ao Deputado Aguinaldo de Jesus.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS (PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, amigos, servidores desta Casa, eu não poderia deixar de usar esta tribuna para falar do meu retorno. Este retorno estava previsto desde uma conversa que tive, no ano passado, com o Governador Arruda, depois com o Vice-Governador, Paulo Octávio, e, semana passada, com o Governador em exercício, Deputado Wilson Lima. Estava previsto pela nossa legislação que, em março, início de abril, teríamos de voltar para o Legislativo, descompatibilizando-nos do cargo que estávamos ocupando no Executivo. Então, esse é o prazo regimental. Isso não quer dizer que eu tenho de voltar no dia 30 ou no dia primeiro, até porque nós temos de ocupar a cadeira e dar seqüência aos nossos trabalhos.

Eu fico muito triste de ter voltado nesse momento tão difícil para o Distrito Federal, para a população e para esta Casa, que atravessa um momento de crise, um momento muito difícil. Mas foi para isto que nós fomos eleitos, Sr. Presidente:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   03   2010	15h20min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

para assumir desafios, para defender a população e para trabalhar dentro de uma ética, dentro de uma moralidade.

Nós ficamos na Secretaria de Esporte durante 2 anos e 6 meses. Passaram-se vários momentos, mas ali permanecemos, porque nós tínhamos uma função e uma obrigação para com o esporte dessa cidade. Quando eu assumo uma responsabilidade, Sr. Presidente, eu não gosto de deixar nada pela metade. Eu gosto de cumprir as minhas obrigações até o fim e assim eu fiz. Muitas coisas, nós fizemos nesses 2 anos e 6 meses e também ainda temos muito a fazer. Temos as vilas olímpicas, os campos de futebol sintéticos, a reforma das quadras poliesportivas e a reforma do Nilson Nelson. Está caminhando também a licitação para a reforma do novo Mané Garrincha. O Cláudio Coutinho, um ginásio que está fechado há mais de 19 anos, nós também já terminamos seu projeto.

Estamos voltando com o objetivo de trabalhar por esta Casa, por esta cidade, pelo nosso partido. Temos uma eleição daqui a alguns meses e, como a lei não permite que venhamos a continuar no Executivo, nós estamos voltando.

Quero agradecer e parabenizar o meu irmão, meu companheiro, meu amigo Deputado Bispo Renato, que muito nos honrou aqui nesta Casa e fez um trabalho brilhante, assim reconhecido por todos.

Chegou o momento de nós voltarmos, mas eu não gostaria, Sr. Presidente. Se eu pudesse continuar no Executivo, mesmo no período eleitoral, eu ficaria, mas eu não pude e tive de voltar para esta Casa.

Quero agradecer também a imprensa, a todos os Parlamentares e a todos os amigos que nos deram forças também para fazermos um bom trabalho na Secretaria de Esporte. Muitos programas que nós temos lá na Secretaria foram divulgados pela nossa imprensa. A população tomou conhecimento desses projetos e hoje tem desfrutado desses projetos. Eu faço esse agradecimento a nossa imprensa.

Sr. Presidente, hoje, eu li uma matéria que falava até mesmo do jogo do Brasil. Eu acredito que todo homem, toda mulher, todo servidor público que tem uma pasta e uma responsabilidade no Executivo sempre é fiscalizado. Graças a Deus, temos uma Justiça que fiscaliza, fiscaliza o Executivo e o Legislativo. Fico feliz por isso, para que possamos ter mais responsabilidade com a coisa pública.

Eu quero dizer que tudo isso está sendo mostrado e tem sido apresentado à Justiça, embora eu não tenha sido notificado. Quem foi notificado foi a Corregedoria, a Procuradoria do Distrito Federal e não eu. Assim que eu for notificado, estarei tranquilo para apresentar todas as informações necessárias. Mas eu fico feliz de saber que, em 2 anos e 6 meses, nós só tivemos elogios pela nossa justiça, pela seriedade dentro da Secretaria de Esportes. Eu quero agradecer a todos vocês e dizer que estamos aqui para compartilhar o trabalho desta Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   03   2010	15h20min	10 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	19

Respondendo à Deputada Erika Kokay com relação à vacância na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, eu coloco o meu nome à disposição, Sr. Presidente, não só da Comissão, mas de todos os Parlamentares. Se for necessário ocupar essa pasta, essa vaga, eu estarei à disposição, desde que seja de comum acordo com todos os Parlamentares. Peço a compreensão e o apoio de todos, pois estamos chegando agora e vamos tomar parte de tudo o que está acontecendo dentro da Comissão, não só da de Ética, mas também da de Justiça e também de outras Comissões e de todos os trabalhos que estão sendo feitos, aprovados e elaborados por esta Casa.

O meu agradecimento a todos vocês e que Deus continue iluminando e abençoando a todos nós!

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Obrigado, Deputado Aguinaldo de Jesus.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

(Assume a Presidência o Deputado Aguinaldo de Jesus.)

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, amigos da imprensa, Srs. assessores da Casa, dou boas-vindas ao Deputado Aguinaldo de Jesus.

Já tivemos a oportunidade de trabalhar juntos nesta Casa por algum tempo, mas uma só pessoa não pode, como é lei da Física, ocupar 2 espaços ao mesmo tempo. Eu quero elogiar o belo trabalho que V.Exa. desenvolveu à frente da Secretaria de Esportes enquanto lá esteve.

Eu quero comunicar à sociedade do Distrito Federal, que tem dado uma boa audiência a nossa *TV Distrital*, aquilo que eu já havia dito antes: eu não vou renunciar. Eu, como cidadão, como Parlamentar, enfrentarei o processo dentro do rito que a nossa Lei Orgânica estabelece e esperarei que as provas... Estou à disposição para qualquer tipo de prova, acareação, testemunhas, enfim, tudo aquilo que a Comissão achar que for interessante para elucidar.

Hoje, estamos pela quarta vez, Sr. Presidente, pedindo ao Superior Tribunal de Justiça a cópia da fita para que o diálogo possa ser realmente ouvido como ele é. Aliás, é um mistério desde novembro. A cada semana dizem que as fitas estarão prontas, que foram submetidas, são vistas, e ninguém pode ser condenado sem que as provas todas sejam devidamente examinadas.

Não tenho nada, absolutamente nada, a temer. A minha subida a esta tribuna na tarde de hoje é para dizer que até o último momento, aconteça o que acontecer, não haverá nenhum arrependimento de minha parte pelo ato de não ter renunciado. É um ato realmente bem pensado, porque antes de tudo eu quero estar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   03   2010	15h20min	10 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	20

bem. Estou bem com a minha consciência e quero fazer uma homenagem aos meus eleitores além da homenagem realmente aos meus familiares.

Há fatos e há versões. Apresam-se os que julgam pelas versões. Imagens e fatos. Fatos e imagens são coisas que precisam ser realmente analisadas e consideradas. Então, enquanto por aqui eu estiver, estarei trabalhando como se fosse o meu primeiro dia de mandato, Sr. Presidente.

Era esse o meu comunicado. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS) – Agradeço as suas palavras, Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PMN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu escutava aqui a declaração da Deputada Eurides Brito. Eu acho S.Exa. uma grande “cara de pau” pelo seguinte: durante 14 anos, S.Exa. trabalhou no Governo Joaquim Roriz, foi Secretária de Saúde e foi eleita graças ao apoio dele. O ano em que S.Exa. perdeu a eleição foi o ano em que não estava com ele. Hoje, está amplamente dizendo nos jornais que esse dinheiro foi para entregar ao candidato Joaquim Roriz. Esquece S.Exa. que trabalhava já na campanha do Sr. José Roberto Arruda. S.Exa. não trabalhava mais para ele. Agora, fico admirada com essa nova versão em que S.Exa. aparece e diz o que vai acontecer. Falarão aí “as imagens não falam por si...” As imagens falam por si, portanto, é bom que S.Exa. esclareça realmente, porque achar outro bode expiatório para o processo em que está envolvida é muita falta de caráter, no meu entender.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS) – Obrigada pelas palavras, Deputada Jaqueline Roriz.

Com efeito na decisão pessoal da renúncia do Deputado Brunelli, lida nesta sessão pela Deputada Jaqueline Roriz, considero a sua leitura e determino a publicação.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é apenas para anunciar que a Deputada Eurides Brito foi notificada hoje. Estou aqui



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   03   2010	15h20min	10 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	21

com o recibo, hoje, dia 2 de março, às 16h16. Então, a partir de hoje, começa a contar o prazo previsto no Regimento Interno para a defesa da Deputada.

Reafirmo a necessidade de que haja a indicação do 5º membro da Comissão, porque hoje ela conta apenas com 4 membros. Amanhã, às 14h, nós teremos reunião da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar para sortearmos o novo relator para o processo de investigação por quebra de decoro parlamentar em que representada está a Deputada Eurides Brito. Está notificada, portanto, a Deputada. Quero apenas dizer que, antes mesmo de a Deputada adentrar o plenário, havia solicitado a notificação no seu gabinete. Eu estava me dirigindo para lá quando a Deputada chegou. S.Exa. já está notificada, conforme prevê o Regimento Interno. Era só isso, Sr. Presidente, que eu queria falar.

Quero reafirmar a necessidade da indicação do 5º membro e reafirmar, também, a convocação que já foi feita a todos os Deputados da Comissão para a reunião da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, amanhã, na sala de Comissões, às 14h, para sorteio do novo relator, no caso da Deputada Eurides Brito.

Era apenas isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS) – Deputada Erika Kokay, agradeço a sua colocação.

Eu gostaria de falar com V.Exa. também que eu fico aguardando a indicação do Presidente em exercício, Deputado Cabo Patrício, para que a indicação do meu nome seja feita para ocupar os espaços deixados pelo Deputado Bispo Renato. Assim que for feito esse comunicado, eu tomarei as providências necessárias.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, mais uma coisa: eu gostaria que fosse publicada no Diário de amanhã a indicação de V.Exa., e já lhe convido para a reunião de amanhã às 14h.

Quero dizer também que há um projeto que foi lido hoje e que eu gostaria que fosse incluído na Ordem do Dia de amanhã. Trata-se de um projeto de resolução que diz respeito a uma precisão do Código de Ética acerca das notificações, para que nós tenhamos 3 dias úteis, uma vez aberto o processo pela Comissão, de prazo para notificação e, caso nesses 3 dias não tenha sido viável a notificação, que o representado possa ser notificado por meio do Diário da Câmara Legislativa. Fui informada, hoje, da necessidade de 16 assinaturas por se tratar de reforma do Código de Ética. Quero dizer que já temos 12 assinaturas e que conseguiremos as demais assinaturas necessárias, pois o projeto não guarda nenhum tipo de polêmica.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   03   2010	15h20min	10 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	22

Solicito que o projeto, uma vez lido, seja incluído na Ordem do Dia de amanhã para ser apreciado. Obviamente, com a notificação da Deputada Eurides Brito, nenhum processo aberto será direta ou imediatamente beneficiado pela resolução. Mas eu reafirmo que ainda existem 5 processos sobrestados na Comissão.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS) – Deputada Erika Kokay, não vejo nenhum óbice à inclusão desse projeto na Ordem do Dia de amanhã, mas preciso submeter a solicitação de V.Exa. ao Presidente, Deputado Cabo Patrício.

Constata-se que não há em plenário *quorum* necessário para prosseguimento da sessão.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h21min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 45-Suplemento, de 12/03/2010.